

A POLISSEMIA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DE GOVERNOS AUTORITÁRIOS: A EDUCAÇÃO COMO TRANSMISSORA DE IDEOLOGIAS DITATORIAIS E COMO INSTRUMENTO PARA A DEMOCRACIA

MARIA EDUARDA BARROS DE OLIVEIRA

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

NÚBIA SILVA DOS SANTOS

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar os significados da educação sob uma concepção que diz respeito ao seu significado ambíguo em sociedades diversas, adquirindo a conclusão de que sua instrumentalização pode, por um lado, auxiliar na concretização de regimes autoritários, e por outro, ser um forte armamento no combate a ameaças antidemocráticas. Dessa forma, o estudo construído tem como principais objetivos abordar a importância da educação nas estruturas sociais e na construção de seus cidadãos, além de analisar os padrões vinculados a governos ditatoriais sob uma perspectiva pedagógica. Os sinais e a forma como os Estados autoritários costumam efetuar esse controle educacional também foram analisados sob uma perspectiva crítica que se baseia em fatos históricos antecedentes, como a Ditadura Militar de 64. Sendo assim, foi utilizado o método qualitativo por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscando delinear a temática em diálogo com autores que abordaram temas referentes à democracia e o autoritarismo, além de um aprofundamento histórico buscando relacionar aspectos similares em períodos ditatoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Regimes Autoritários; Educação; Hipermilitarização.

INTRODUÇÃO

Ao longo do corpo do presente estudo houve o objetivo de abordar a educação e seus múltiplos significados e funções durante regimes autoritários, em especial a Ditadura Militar (1964-1985), que pendurou no Brasil durante 21 anos. Será fundamental, em um primeiro instante, compreender a lógica ditatorial que guiava os militares em seu afã em busca do controle político e social e sua ambígua relação com a educação. Ambiguidade esta que não se limita somente ao período da Ditadura de 64, o que significa que em qualquer período da história a educação pode ser vista e manuseada de formas diversas, seja controlada por governos autoritários que a utilizam para legitimar e facilitar seu controle, seja como ferramenta para a democracia e emancipação dos povos oprimidos.

Sendo assim, a complexidade dessa temática reside na capacidade da educação de atuar simultaneamente como veículo de transmissão de ideologias ditatoriais e como instrumento em potencial para a promoção da democracia. A indagação central visa investigar como as estruturas educacionais, no contexto de modelos autoritários de governo, contribuíram para moldar as perspectivas cognitivas dos aprendizes, disseminando valores e ideologias que sustentam o regime vigente.

Desse modo, o discurso político sobre a educação tem em vista a formação das almas, mediante a educação cívica e o adestramento do povo para o trabalho, como condição fundamental para a consolidação do espírito nacional e para obter o desenvolvimento econômico e o progresso do Brasil. Esse ideário fundamentou a ação política dos militares no governo ditatorial, conformando as políticas educacionais implementadas durante o Estado de Segurança Nacional (1964-1985) (Germano, 2008, p. 79).

A partir disso, analisar como o Exército do regime de 64 encarava a educação, a cultura popular e o meio acadêmico contribui para esclarecer o que, em sua visão, afastava a população da disciplina e ordem visadas pelos militares para o controle dos civis. Essa perspectiva abre espaço para a primeira significação da educação, tendo em vista que no período de evolução da Ditadura, entre seus primeiros passos estava a perseguição das universidades e a busca pelo controle das estruturas educacionais, para implementar, é claro, um modelo de currículo que fosse favorável para seus planos de controle, ou seja, “a inculcação de princípios da disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 6), princípios esses que eram os considerados mais valiosos no estilo de vida militar.

Embora os valores apresentados acima descrevam princípios fundamentais para a vivência militar, aplicá-los de forma involuntária numa sociedade fundada em princípios democráticos pode se configurar em um ato de violência contra a democracia de um país, num ato de silenciamento político e social. Sendo assim, o posicionamento em massa de militares nos cargos políticos e a hipermilitarização da sociedade configuram um perigo eminente, principalmente quando surgem com um teor autoritário e prometendo mudanças radicais e salvacionistas.

Dessa forma, a hipermilitarização da sociedade tende a fomentar uma cultura autoritária e a supressão de vozes dissidentes, desafiando princípios fundamentais da democracia. A militarização excessiva também pode influenciar tendências na formulação de políticas públicas, priorizando soluções coercitivas em detrimento de abordagens mais inclusivas e diplomáticas. Esses fatores, combinados, ressaltam a importância de uma análise crítica e vigilante sobre os perigos associados à crescente militarização da sociedade e à presença de militares em posições de destaque na estrutura de poder.

Por conseguinte à apresentação da estrutura de Estados autoritários, propõe-se examinar como a educação pode, paradoxalmente, servir como instrumento para a promoção dos princípios democráticos, almejando compreender se a educação, mesmo em ambientes autocráticos, pode estimular uma consciência crítica e cultivar uma predisposição para a participação cívica nas decisões políticas e o respeito à diversidade de pensamento. Esta pesquisa contribuirá para a compreensão aprofundada das dinâmicas educacionais em estados autoritários, apresentando implicações significativas para a teoria política, os estudos educacionais e a promoção de sociedades mais inclusivas e democráticas.

A CONSTRUÇÃO DE UM GOVERNO ANTIDEMOCRÁTICO

Sob apoio da temática que interliga a educação, a democracia e os Estados autoritários, dois conceitos ficam em evidência: a alteridade e o direito à fala. Um governo autoritário cria suas raízes a partir da instância em que elimina ou abafa esses direitos sociais, tendo em vista que um povo silenciado não pode se rebelar contra as injustiças e violências sofridas. Sob essa perspectiva, quando se impede o direito à fala, a alteridade é dissipada. A Ditadura Militar no Brasil apresentou ao longo de toda sua extensão a característica de controle dos meios de expressão, tal como as manifestações culturais e veículos de imprensa e transmissão de informação. Era censurado todo e qualquer conteúdo considerado “subversivo”, “contra os valores morais”, mas principalmente críticas ao modelo governamental.

Essa postura, por um lado, era legitimada pela proposta salvacionista sugerida pelos militares para alcançar o poder político: a de salvar o Brasil da “subversão”, da desordem, corrupção e da “ameaça comunista”; se tratava de uma doutrina da segurança nacional. A princípio de contextualização, a ideia de afastar o exército de uma condição subordinada da sociedade para o centro do poder político se iniciou gradualmente no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945), no qual os militares não estavam exatamente no centro do controle político, mas serviam de sustentação para o regime autoritário. Entretanto, este foi um período da história em que, de acordo com Charles Tilly (1996, p. 283), “[...] os exércitos do Terceiro Mundo, comumente se opuseram ao domínio civil e os oficiais superiores diziam, sempre, que sabiam mais do que os políticos o que o destino do país precisava e como manter a ordem para alcançar esse destino”.

Dessa forma, após a segunda guerra mundial, o mundo formava uma nova concepção acerca do exército na sociedade, e no Brasil, com a consolidação da Ditadura Militar, surgia a ideia do Exército como “educador do povo”, que traria soluções para a imoralidade e corrupção da sociedade brasileira. Uma característica em comum no alcance de governos autoritários ao poder é o manuseio de discursos e ideias revolucionárias, voltadas à mudança de algum problema que o país enfrenta. É comum que se desenvolva um discurso de natureza patriota, que promete trazer a ordem a um país ou retornar a tempos de “mais progresso e organização social”. A partir daí, a propagação e sustentação dessas ideias deve se valer por meio do controle midiático e o abuso de propagandas.

Em qualquer regime, a propaganda é estratégica para o exercício do poder, mas adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce rigoroso controle sobre o conteúdo das mensagens, procurando bloquear toda atividade espontânea ou contrária à ideologia oficial. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e da força simbólica; tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação do passado, presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona o controle sobre o conjunto da vida coletiva (Pereira, 2003, p. 102).

Dessa forma, dialogando com a dissertação de Pereira, a manipulação das mídias e a utilização de propagandas descritas desempenham um considerável papel na consolidação do controle governamental em contextos ditatoriais. A partir dessa concepção, este fenômeno é caracterizado por uma estratégia orquestrada de disseminação de mensagens que visam moldar a percepção pública de acordo com os interesses do regime autoritário. A utilização de meios de comunicação como veículos propagandísticos abre ao governo a possibilidade de exercer uma influência substancial sobre a narrativa pública, suprimindo alteridades no corpo social e consolidando uma imagem favorável à liderança autoritária.

O que há de coincidente nos governos antidemocráticos que se tem conhecimento é que a censura ativa e a coerção são frequentemente empregadas como ferramentas para assegurar que apenas mensagens alinhadas com a ideologia dominante sejam divulgadas. O resultado desse processo é uma notória, mas sutil, manipulação da realidade, minando a pluralidade de perspectivas e perpetuando a hegemonia do governo. Além disso, as propagandas também vêm a ser utilizadas para promover cultos de adoração em torno de líderes autoritários, cultivando uma lealdade inquestionável e desencorajando qualquer forma de oposição.

Esse controle ocorrido em regimes ditatoriais não se restringe apenas à disseminação de informações, mas estende-se também ao silenciamento de jornalistas, artistas, educadores e demais cidadãos que venham a ser críticos ao sistema governamental. A instrumentalização de aparatos legais e coercitivos visa restringir a liberdade de imprensa e garantir que as narrativas discrepantes sejam marginalizadas. “Em regimes dessa natureza, a propaganda política se torna onipresente, atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões, visando a assegurar o domínio sobre os corações e mentes das massas” (Pereira, 2003, p. 102). Assim, a forma de controle manifestada por esses governos não se estende apenas ao uso da imposição do medo, mas envolve o núcleo sentimental coletivo.

A abordagem descritiva das estratégias aderidas pelos governos autoritários e antidemocráticos para atingir o poder, tal como a compreensão das camadas relacionadas à hipermilitarização da sociedade, censura e o silenciamento, servirão como um diálogo inicial para adentrar aos conceitos de democracia e autoritarismo, para delinear, assim, qual a participação da estrutura educacional nesses processos. Tendo em vista que, ao falarmos em democracia, o conceito tampouco se limita apenas ao aspecto governamental, mas é ligado, essencialmente, à liberdade subjetiva. Do grego, “poder do povo” (*demos*, povo; *kratos*, poder). Sendo assim, “uma democracia é mais do que uma forma do governo; é, principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada.” (Dewey, 1959, p. 93). Dessa forma, o exercício da democracia se torna inexecutável a partir do momento que o povo tem seu direito de fala suprimido.

MILITARIZAÇÃO ESCOLAR E IDEOLOGIA DOMINANTE

Como descrito anteriormente, as ideias militares no Brasil se estenderam ao longo dos anos, principalmente após o Estado Novo de 1937, quando se concebeu e

OLIVEIRA, M. E. B. de.

começou a amadurecer a concepção de que o caminho para o progresso no país seria traçado quando o Exército saísse da posição subordinada e adquirisse mais poder na tomada de decisões e na regência do país para trazer a tão almejada “ordem”. Sendo assim, quando este começasse a “disciplinar” o corpo social, o Brasil se tornaria forte e poderoso. Essa ideia foi abraçada por muitos países ao redor do mundo, mas no Brasil, durante o governo de 2019 a 2022 houve um processo de hipermilitarização na administração pública, havendo o encaixe de militares em diversas instâncias sociais, incluindo a educação.

A criação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), em 2019, é uma prova contundente do aumento da inserção de militares e do estilo de vida militar na gestão administrativa e pedagógica das escolas. Essa contextualização abre espaço para a primeira análise de perspectiva da função escolar, ligada a um enfraquecimento dos princípios democráticos e educacionais previstos na Constituição Federal de 1988, sendo que o contexto visto nos governos autoritários está sendo reproduzido no cenário escolar de forma sutil.

Essa militarização das escolas brasileiras surge como fenômeno de relevância sociopolítica, já que envolve um aumento na presença e influência das instituições militares no ambiente educacional. Este fenômeno, notável por seu caráter intervencionista, reflete uma convergência de interesses entre setores militares e governamentais, com a implementação de políticas que buscam introduzir uma lógica militarizada na gestão e operação das escolas. Essas iniciativas frequentemente incluem a presença exacerbada de militares nas instalações escolares, a implementação de protocolos disciplinares rígidos, e a promoção de uma cultura de hierarquia e ordem inspirada em paradigmas militares.

Há que se questionar sobre como garantir princípios como liberdade de aprender e ensinar quando os/as estudantes são submetidos/as não só às normas rígidas e hierárquicas, mas também são obrigados/as a seguir o militarismo, e não os preceitos humanos universais; questionar a gestão democrática do ensino público, quando substitui as relações horizontais pela hierarquia e obediência, próprias do meio militar (Alves; Bordin; Santos, 2023, p. 57).

A militarização das escolas, muitas vezes justificada como uma estratégia para conter a violência e melhorar a disciplina, e até a qualidade de ensino, gera questionamentos quanto aos seus impactos na dinâmica educacional e no desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, a educação surge com uma semântica ligada ao “adestramento” dos jovens, à justificação e até reafirmação dos regimes autoritários. Um modelo de ensino baseado unicamente nos princípios de disciplina e obediência perante superiores numa estrutura hierárquica se configura numa tênue construção ideológica no imaginário popular, abafando valores que de fato deveriam ser construídos no meio escolar para a manutenção de uma sociedade democrática, valores estes que serão abordados mais adiante no levantamento do presente estudo.

Por conseguinte, não seria equivocado refletir o motivo pelo qual a educação é um âmbito decisivo em sociedades de qualquer modelo ou natureza, tendo em vista

que esta (a escola) é um fator de grande influência para moldar o coletivo. Ou seja, “a prática educativa pode se tornar uma atividade favorável não apenas para formar pessoas, como também para transformar a sociedade” (Silva, Carvalho, 2006, p. 56). Partindo desse pressuposto, entende-se que quem controla as estruturas da educação tem o poder de controlar o povo, e esse é o grande perigo em potencial de se colocar a administração pedagógica das escolas sob posse de grupos de natureza autoritária.

Tamanha a influência da educação na forma como está estruturado um país, é o fato de que não somente a educação básica preocupava o governo militar de 64, já que, como ressaltado anteriormente, o ensino superior foi o primeiro a ser perseguido e afetado pelos militares, tendo inclusive o movimento estudantil criminalizado por se contrapor ao regime que se instaurava. Essa foi a primeira influência feita na educação para legitimar o novo modelo governamental, e após silenciar os estudantes de nível superior, censurar o ensino e a pesquisa, se formaram as mudanças que objetivavam silenciar também os estudantes da educação básica, com padrões mais rígidos, e a adesão de novas disciplinas que buscavam legitimar e reforçar a ideologia política.

Sob o governo militar, observou-se um redirecionamento ideológico da educação que era guiado por uma perspectiva conservadora, com o objetivo de moldar as mentes dos indivíduos de acordo com os valores e interesses do regime. Tal reorientação manifestou-se por meio da imposição de currículos que enfatizavam uma visão nacionalista e alinhada aos princípios da segurança nacional. A censura e o controle ideológico foram aplicados de maneira intensiva, resultando na proibição de obras consideradas subversivas e na perseguição de professores e estudantes que manifestassem posições contrárias ao regime. Desse modo, o aparato educacional tornou-se um instrumento de propagação da doutrina militar, sendo empregado para difundir valores autoritários e desencorajar a crítica política.

A militarização do ensino também se manifestou fisicamente, com a presença de militares nas instituições educacionais, principalmente por meio do projeto das Escolas Técnicas (Escolas Militares), destinadas a formar mão de obra qualificada para o desenvolvimento nacional, mas também cumprindo o papel de difundir os valores militares entre os estudantes.

A supressão da autonomia universitária, mediante a imposição de reitores que estivessem plenamente alinhados aos ideais governamentais e a implementação de instrumentos legais restritivos evidenciaram uma estratégia abrangente para controlar o ambiente acadêmico. O contexto educacional sob o regime militar, portanto, reflete a instrumentalização da educação como um meio de perpetuar a ideologia autoritária, restringindo a pluralidade de ideias e comprometendo a liberdade acadêmica e o desenvolvimento crítico dos estudantes. A partir disso, retoma-se à concepção da diferença entre uma educação plenamente fundada em fins democráticos e uma educação que, pelo contrário, visa anular a alteridade e implementar o autoritarismo. A esse respeito, Freire disserta:

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma

OLIVEIRA, M. E. B. de.

ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito também a atuar (1993).

A presente análise faz um convite para a reflexão de que o que normalmente tende a configurar a educação como sendo democrática ou antidemocrática é quem está “sob posse” desta, digamos assim. Esse fator é o que cria a polissemia de significados por trás da função da educação na sociedade. Sendo que a educação tem o poder de moldar as novas gerações por meio da socialização com as normas e conteúdos ministrados, pode ser também a fonte de alienação de um povo, a depender da forma como esse setor é administrado.

No contexto das escolas militarizadas, juntamente com o novo modelo de educação proposta pelo governo militar de 1964, busca-se uma tentativa de socialização dos estudantes à realidade e aos ideais militares, fundados na obediência incondicional aos seus superiores. É comum utilizar-se o mantra de que esse modelo de escola tende a apresentar bons resultados, estudantes disciplinados e que não apresentam dificuldades de comportamento. Todavia, esse mérito é alcançado mediante caminhos equivocados, através da imposição de medo e autoritarismo, naturalizando esse tipo de cenário cujo, no ambiente escolar, deveria ser observado da forma como é: uma educação autoritária que desaprova alteridades.

As diferenças são anuladas; as meninas, por exemplo, têm que obedecer a um limite muito rígido para penteados, unhas, pois há todo um código de vestimenta e comportamento para ser estudante nessa escola. Essa é uma escola que não considera e que nega a questão da identidade dos/das estudantes, ou seja, é negada a singularidade da identidade dessas crianças, desses/as adolescentes e jovens, ao mesmo tempo em que é legitimado a adolescentes e jovens acreditar que são os/as maiores, e que o resto são aqueles/as violentos/as, os/as indisciplinados/as (Alves; Bordin; Santos, 2023, p. 58).

Estas instituições caracterizam-se por uma estrutura disciplinar rígida, que pode homogeneizar a experiência educacional ao desencorajar a expressão individual e restringir a diversidade de perspectivas. Isso ocorre porque a ênfase na conformidade e na hierarquia, inerentes a esses ambientes, pode obstruir a autonomia intelectual e emocional dos estudantes, resultando em uma supressão das suas singularidades.

Ademais, o predomínio de uma cultura autoritária nessas escolas pode favorecer a internalização de valores conformistas e submissos, em detrimento do desenvolvimento de habilidades críticas e do pensamento independente. A ausência de espaços para a expressão diversificada de opiniões e identidades pode contribuir para a formação de indivíduos menos propensos a participar ativamente em processos democráticos, uma vez que o ambiente educacional não fomenta a apreciação da diversidade de perspectivas e a valorização do debate saudável. Assim, a influência dessas instituições na educação pode resultar em cidadãos menos propensos a questionar autoridades, a exercer um pensamento crítico e a participar efetivamente em práticas democráticas.

Cabe ressaltar que as escolas militarizadas foram uma pauta escolhida por se aproximarem dos modelos de escola almejados pelos militares que comandavam o

Brasil, e no ano de 2024, 39 anos depois do fim do regime militar, ainda existem similaridades com as propostas ofertadas, mediante caminhos autoritários que restringem o desenvolvimento do “eu”, dificultando os caminhos para uma democracia plenamente exercida. Apresentam características retrógradas, que vão contra os valores e capacidades realmente necessários para o mundo contemporâneo. Como abordado por Hannah Arendt (1978, p. 588), a lógica ditatorial ou “[...] totalitária destrói a capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como destrói a capacidade de agir [...]” ao produzir o isolamento na esfera política.

A EDUCAÇÃO COMO ARMA CONTRA GOVERNOS AUTORITÁRIOS

Veremos, a partir do presente instante, a educação sob outra ótica voltada para a democracia. Montesquieu (1748) considerava indissociável a relação entre o tipo de regime político de uma sociedade e seu sistema educacional, e dessa forma, sendo o Brasil apoiado num modelo republicano e democrático, o esperado seria que sua estrutura educacional se baseasse nos mesmos paradigmas. E ao retomarmos ao princípio da dicotomização dos significados da educação numa sociedade, Benevides (1996) concorda com essa concepção ao dizer que “o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas”. Sendo assim, se por um lado pode contribuir para a retroação de um país a ideais conservadores e autoritários, por outro, pode ser o instrumento de uma sociedade para lutar contra as opressões a ela acometidas.

Quando a educação é voltada para a democracia, ou mais resumidamente falando, a “educação para democracia”, o objetivo desta deve ser voltado a formar cidadãos ativos e participantes, fazendo-se valer os princípios democráticos que têm como base o “poder do povo” na tomada das decisões políticas e sociais. Neste sentido, o papel da educação no alcance do bom funcionamento da democracia é formar de forma igualitária a sociedade para que esta seja capaz de melhor escolher e melhor julgar as decisões políticas de seu governo.

É por essa razão que a esfera educacional deve vir a construir o senso crítico da população, e principalmente informar; dessa forma, “a educação não pode ficar circunstanciada à alfabetização ou à transmissão mecanizada das três técnicas básicas da vida civilizada – ler, escrever e contar.” (Teixeira, 1994, p. 105). A ênfase na educação para a democracia reside no desenvolvimento de habilidades críticas, incluindo pensamento crítico, análise de informações e avaliação de argumentos, habilidades essenciais para a participação informada em processos democráticos, mas também, principalmente, o conhecimento dos direitos e deveres de todos os cidadãos.

Entretanto, antes de tudo é preciso se atentar se o acesso a esse ensino também está sendo distribuído de forma democrática, tendo em vista que a deficiência no ensino apenas contribui para fortalecer as desigualdades sociais existentes, reforçando injustiças e, conseqüentemente, se afastando do ideal democrático, no qual apenas uma classe seleta de indivíduos tem o conhecimento necessário para agir ativamente na política do país.

OLIVEIRA, M. E. B. de.

Todavia, retornando ao parâmetro da educação para a democracia, vale enfatizar que mesmo em ambientes governamentais antidemocráticos e ditatoriais, a educação pode desempenhar um papel crucial como uma ferramenta de resistência fundamentada em princípios democráticos. Mesmo sob o controle de regimes hostis à democracia, estratégias educacionais podem ser empregadas para fomentar uma resistência consciente e crítica. Sobre isso, Freire (1987) observou:

Há outra tarefa a ser cumprida pela escola, apesar do poder dominante e por causa dele – a de *desopacizar* a realidade *enevoada* pela ideologia dominante. Obviamente, essa é a tarefa dos professores e das professoras progressistas que estão certos de que têm o dever de ensinar competentemente os conteúdos, mas também estão certos de que, ao fazê-lo, se obrigam a desvelar o mundo da opressão. Nem conteúdo só, nem desvelamento só, como se fosse possível separá-los, mas o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos. O cumprimento dessa tarefa progressista implica ainda a luta incansável pela escola pública, de um lado, e de outro, o esforço para ocupar o seu espaço no sentido de fazê-la melhor (Freire, 2022, p. 62, grifos no original).

Essa reflexão destaca uma perspectiva fundamental sobre o papel da escola, dos professores e das professoras em contextos sociais marcados pelo poder dominante e pela ideologia que o sustenta. Freire enfatiza que a escola não pode ser uma mera transmissora de conteúdos desvinculados da realidade social e política. Pelo contrário, ele argumenta que a escola tem a responsabilidade de *desopacizar* a realidade, ou seja, de desvelar as camadas de opacidade impostas pela ideologia dominante.

Sua observação, com relação ao contexto abordado, destaca a importância de os professores progressistas reconhecerem a interconexão entre o ensino dos conteúdos e a necessidade de desvelar as estruturas opressoras presentes na sociedade. Freire rejeita a dicotomia entre o ensino de conteúdos acadêmicos e a conscientização social, argumentando que ambos são intrinsecamente ligados. Assim, a tarefa dos educadores progressistas é dupla: ensinar os conteúdos de forma competente e, ao mesmo tempo, desvelar as condições de opressão que permeiam a realidade dos estudantes.

Além disso, ressalta-se também a importância da luta incansável pela escola pública. Isso sugere um compromisso não apenas com a qualidade do ensino, mas também com a acessibilidade e a equidade, buscando garantir que a educação seja um instrumento de transformação social e não uma reprodução das desigualdades existentes, tal como citado anteriormente como um viés no processo democrático.

Dessa forma, o presente estudo busca destacar a necessidade dos educadores competentes estarem engajados na transformação da educação e da sociedade, ocupando o espaço da escola no sentido de torná-la um espaço mais democrático, crítico e libertador, de forma que esta venha construir, consequentemente uma sociedade mais crítica e participativa no âmbito político. Essa perspectiva alinha-se com os princípios freirianos de uma educação libertadora que capacita os estudantes não apenas com conhecimento, mas também com uma consciência crítica e a capacidade de agir no sentido da transformação social.

Com sua multiplicidade de funções sociais, em contextos governamentais antidemocráticos, a educação não apenas se torna uma ferramenta de disseminação de conhecimento, mas também uma estratégia de resistência da população dominada. Ao cultivar uma consciência crítica, promover valores democráticos e capacitar os indivíduos a se expressarem, a educação emerge como um componente crucial na luta contra o autoritarismo, mesmo sob regimes que buscam restringir os princípios democráticos.

Ressalta-se, assim, a importância de manter a escola como uma instituição crítica e revolucionária, que incentive a pluralidade de ideias e forme cidadãos que conheçam seus direitos e lutam por eles, não deixando essa instituição de resistência ser dominada pelo autoritarismo e repressão política. Afinal, não há liberdade quando a ordem de uma sociedade é conquistada por meio do medo e do terror, tal como afirmado por Freire: "Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira." (FREIRE, 1981, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível avaliar as inúmeras dimensões que a educação pode assumir numa sociedade, fazendo um recorte, principalmente nas formas como ela pode reafirmar e legitimar ideologias ditatoriais como também pode ser uma arma de resistência a estas. Concluiu-se, nesse caso, que quando se fala em "polissemia educacional", nos referimos acima de tudo da importância crucial que ela possui em quaisquer modelos de sociedade, seja voltada à antidemocracia ou a própria democracia.

Este estudo teve o intuito, principalmente, de indagar sobre o poder que possuem aqueles que "controlam" as estruturas educacionais. É necessário cautela, tendo em vista a grande influência em potencial que a educação exerce sob uma sociedade, e sociedade tende a ser sempre o reflexo dela. Dessa forma, a presente análise revelou as complexas tensões presentes na interseção entre regimes autoritários e sistemas educacionais, destacando a educação como uma ferramenta que pode ser moldada para servir tanto à opressão quanto à resistência.

Em um segundo instante, com o resgate a acontecimentos históricos relacionados a contextos ditatoriais, observou-se o padrão da educação como sendo maleável perante os modelos governamentais a qual está imposta, o que também foi um fator decisivo para a escolha deste tema de pesquisa, essa maleabilidade da educação com relação aos contextos sociais em que está inserida. Dessa forma, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que a sociedade molda a escola, a escola também molda a sociedade, sendo uma relação mútua onde uma se reflete na outra.

Sendo assim, se faz imprescindível um olhar mais atento às estruturas educacionais, o currículo e os conteúdos ministrados em sala de aula, mas também a forma como a escola lida com a individualidade e a alteridade de cada aluno. Esse é um itinerário que deve ser traçado para garantir que a educação não se torne, novamente, um instrumento de dominação de governos autocráticos e democráticos. É necessário um olhar para os acontecimentos passados para se prevenir da repetição. A

OLIVEIRA, M. E. B. de.

conscientização sobre como os regimes autoritários manipulam a educação para perpetuar sua hegemonia é fundamental para resistir a essas influências.

Contudo, este estudo também sublinha a capacidade intrínseca da educação de ser um instrumento de resistência e promoção da democracia, mesmo em contextos adversos. A ênfase na educação crítica, na valorização da diversidade de perspectivas e na promoção dos valores democráticos pode desafiar a narrativa autoritária, capacitando os indivíduos a questionarem, analisarem e resistirem às imposições ideológicas.

Em última análise, essa diversidade de funções educacionais sob governos autoritários ou não, destaca a necessidade premente de se repensar e reformar os sistemas educacionais. Os educadores têm um papel crucial na remediação dos efeitos negativos da instrumentalização da educação, ao mesmo tempo em que promovem uma abordagem que fortaleça os pilares da democracia. Este artigo, assim, convida a uma reflexão contínua sobre o papel da educação na resistência ao autoritarismo e na construção de sociedades mais justas e democráticas.

Artigo recebido em: 20/01/2024

Aprovado para publicação em: 22/07/2024

EDUCATIONAL POLYSSEMY IN THE CONTEXT OF AUTHORITY GOVERNMENTS: EDUCATION AS A TRANSMITTER OF DICTATORIAL IDEOLOGIES AND AS AN INSTRUMENT FOR DEMOCRACY

ABSTRACT: The present study aimed to analyze the meanings of education under a conception that concerns its ambiguous meaning in different societies, reaching the conclusion that its instrumentalization can, on the one hand, help in the implementation of authoritarian regimes, and on the other, be strong armament in the fight against anti-democratic threats. In this way, the study's main objectives are to address the importance of education in social structures and in the construction of its citizens, in addition to analyzing the patterns linked to dictatorial governments from a pedagogical perspective. The signs and the way in which authoritarian States usually carry out this educational control were also analyzed from a critical perspective that is based on antecedent historical facts, such as the Military Dictatorship of 64. Therefore, the qualitative method was used through bibliographical research, seeking to outline the theme in dialogue with authors who addressed topics relating to democracy and authoritarianism, in addition to an in-depth historical analysis seeking to relate similar aspects in dictatorial periods.

KEYWORDS: Democracy; Authoritarian Regimes; Education; Hypermilitarization.

POLISEMIA EDUCATIVA EN EL CONTEXTO DE LOS GOBIERNOS DE AUTORIDAD: LA EDUCACIÓN COMO TRANSMISORA DE IDEOLOGÍAS DICTATORIALES Y COMO INSTRUMENTO PARA LA DEMOCRACIA

RESUMEN: El presente estudio tuvo como objetivo analizar los significados de educación bajo una concepción que atañe a su significado ambiguo en diferentes sociedades, llegando a la conclusión

de que su instrumentalización puede, por un lado, ayudar en la implementación de regímenes autoritarios, y por el otro, ser fuerte. armamento en la lucha contra las amenazas antidemocráticas. De esta manera, los principales objetivos del estudio son abordar la importancia de la educación en las estructuras sociales y en la construcción de sus ciudadanos, además de analizar los patrones vinculados a los gobiernos dictatoriales desde una perspectiva pedagógica. También se analizaron los signos y la forma en que los Estados autoritarios suelen realizar este control educativo desde una perspectiva crítica que se sustenta en hechos históricos antecedentes, como la Dictadura Militar del 64. Para ello, se utilizó el método cualitativo a través de una investigación bibliográfica, buscando esbozar el tema en diálogo con autores que abordaron temas relacionados con la democracia y el autoritarismo, además de un análisis histórico en profundidad buscando relacionar aspectos similares en períodos dictatoriales.

PALABRAS CLAVE: Democracia; Regímenes Autoritarios; Educación; Hipermilitarización.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; SANTOS, C. A.; BORDIN, M. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 17, n. 37, p. 41-60, jan./abr. 2023.

ARENDT, H. O sistema totalitário. Tradução Roberto Raposo. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 223-237, 1996.

DEWEY, J. Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação. 4ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. Política e educação 10ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2022.

FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D' Água, 1993.

GERMANO, J. W. Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Revista Educação em Questão, Natal*, v. 32, n. 18, p. 79-112, maio/ago. 2008.

MONTESQUIEU, C. O espírito das leis, Livro IV. Ed. Garnier, 1748.

PEREIRA, W. P. Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. *História: Questões & Debates, Curitiba*, n. 38, p. 101-131, 2003. Editora UFPR.

OLIVEIRA, M. E. B. de.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA V. M. R. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SILVA, W. C. L.; CARVALHO, A. B. Contribuições do Materialismo Histórico para a Educação. In. Sociologia e Educação. Leituras e Interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 5ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

TILLY, C. Coerção, capital e estados europeus. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARIA EDUARDA BARROS DE OLIVEIRA: Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Tocantins, do Campus de Palmas.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2360-5471>

E-mail: eduardabarros11x@gmail.com

NUBIA SILVA DOS SANTOS: Doutoranda em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação Letras e Linguística - UFG. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (1999), Especialização em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Uberlândia (2001), Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (2004) e Mestrado em Teoria Literária, pela Universidade Federal de Uberlândia (2011). É Professora do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atuou como Diretora do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva da Universidade Federal do Tocantins, como membro do Conselho Estadual em Defesa da Pessoa com deficiência do Estado do Tocantins - COEDE e como membro da Comissão de Ética Pública da Universidade Federal do Tocantins. Graduanda em Direito - Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7389-8331>

E-mail: santosnubia@uft.edu.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).